

FAKE NEWS

“Quero recuperar minha vida”

A bancária Lívia Terra foi apontada nas redes bolsonaristas como alguém que entregou a faca a Adélio Bispo no atentado contra Bolsonaro, em 2018; o autor da postagem foi condenado a 10 meses de prisão, convertida em prestação de serviço

» EVANDRO ÉBOLI

Evandro Éboli/CE/DA.Press



Arquivo Pessoal/Redes Sociais



Engenheiro bolsonarista postou, na época, que Lívia teria ajudado Adélio momentos antes do ataque

Próximo de completar seis anos, em 6 de setembro, o atentado contra Jair Bolsonaro ocorrido em Juiz de Fora (MG) alterou a vida, a rotina e a saúde da bancária e petista Lívia Gomes Terra, 43 anos. Também sindicalista, Lívia foi apontada nas redes sociais bolsonaristas em 2018 como alguém com participação no episódio e que teria entregado a faca a Adélio Bispo, autor do ataque contra o ex-presidente, momentos antes da tentativa de assassinato.

A acusação contra Lívia não é verdadeira, mas uma fake news que mexeu e transformou, até hoje, o seu dia a dia. A bancária entrou na Justiça contra um dos responsáveis pela divulgação da falsa informação. A postagem foi disseminada entre os seguidores de Bolsonaro, e Lívia passou a sofrer ameaças, temia sair de casa e, por um período, recebeu proteção de um segurança, além de passar a fazer tratamento psiquiátrico.

Na segunda-feira passada, Lívia viveu uma sensação de alívio e chorou com o trânsito em julgamento da sentença de condenação do acusado, confirmada em segunda instância. Foram quase seis anos dessa angústia, relatou ao **Correio**. Agora, a decisão a faz, nas suas palavras, recuperar um pouco da vida que ficou para trás durante esse tempo. Ainda hoje, ela recorre aos ansiolíticos e antidepressivos.

“A decisão da Justiça é uma pedra, um ponto-final. É a vontade de recomeçar e reconstruir muitas coisas perdidas nesses seis anos. Tentar a voltar a ter vida social, como todo mundo. Que essa decisão me traga paz e tranquilidade, poder trabalhar e me divertir com os amigos sem ter que, num lampejo, voltar correndo para a casa por causa de pânico, de desespero. Encerro esse capítulo e quero recuperar o resto da minha vida”, contou a funcionária da Caixa e dirigente do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora.

O sindicato onde Lívia trabalha fica a 100 metros do local onde Bolsonaro levou a facada, no movimentado calçadão da Rua Halfeld. As idas posteriores do ex-presidente à cidade eram um martírio para a petista, que, nas redes sociais, naquela época, apresentava-se como “Lívia Lula Livre Terra”.

“Depois do que aconteceu, toda vez que Bolsonaro veio aqui eu ficava em casa, como eu estava naquele dia. Ou ia para a casa da minha mãe, que mora em outra cidade. Eu não ia para a rua e tinha sempre alguém

comigo, de testemunha mesmo. Para testemunhar que eu estava em casa durante a passagem dele aqui. Dizia a mim mesmo: ‘Calma, Lívia, você não teve nada com isso, está tudo tranquilo’. Não há racionalidade. Foi o trauma que ficou”, relatou a bancária.

O autor da postagem que gerou a condenação e que mudou a vida de Lívia foi o engenheiro Renato Henrique Scheidemantel, que mora no Rio de Janeiro.

Ele reproduziu a informação de que uma mulher de óculos escuros que aparecia na cena da tentativa de matar Bolsonaro e que ainda teria entregue a faca a Adélio — acusação impropriedade na investigação — era a petista de Juiz de Fora, que estava a quilômetros dali no momento. Outras mulheres até tiveram suas identidades associadas ao crime, mas nenhuma com o perfil da petista e que viralizou nas redes à época.

Segundo a denúncia e a sentença, o post de Renato foi repostado 114 vezes. O bolsonarista foi condenado por calúnia e difamação a 10 meses e 20 dias de prisão e, no recurso também apresentado pela defesa de Lívia, foi sentenciado ainda a pagar R\$ 20 mil de indenização. Como a pena é considerada pequena e o réu é primário, o autor da postagem teve sua condenação de prisão revertida em prestação de serviços comunitários.



A decisão da Justiça é uma pedra, um ponto-final. É a vontade de recomeçar e reconstruir muitas coisas perdidas nesses seis anos. Tentar a voltar a ter vida social, como todo mundo. Que essa decisão me traga paz e tranquilidade”

Lívia Gomes Terra, sindicalista e militante de esquerda

“As consequências do crime são gravíssimas, eis que Lívia, devido às ofensas e ameaças, inclusive de morte, precisou de acompanhamento psiquiátrico, por conta de depressão e crise de pânico que desenvolveu”, registrou o desembargador Flávio Horta Fernandes, relator da ação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), negando recurso de apelação do acusado. Uma turma do tribunal o acompanhou por unanimidade.

Defesa do acusado

Em seu interrogatório, Renato negou a autoria do crime, argumentando que não conhecia Lívia e que as postagens não saíram de seu perfil. O engenheiro contou que trabalhava nos fins de semana, era filiado ao PSDB e não tinha como criar essa história. O homem também disse que a postagem alcançou, em duas horas, cerca de 500 compartilhamentos, o que seria impossível por meio de seu perfil, que afirmou ser seguido então por dois mil internautas.

A publicação nas redes de Renato teria sido feita 8 de setembro, dois dias depois do atentado, e a expressão “mulher que emprestou a faca” já havia sido utilizada no dia 6. Ele afirmou em juízo ainda que poderiam ter feito uma montagem em seu perfil, que, segundo ele, foi bloqueado pelo Facebook após a publicação. Disse ainda que não

considerava sua ideologia de extrema direita.

O engenheiro também argumentou que não há no print juntado aos autos nenhuma identificação que vincule a publicação ao seu perfil e que é muito fácil criar perfis “fakes”. Mas não postou nenhum esclarecimento ou retratação desmentindo as postagens contra Lívia, segundo o Ministério Público e a Justiça. O acusado alegou também que se tratou de algo montado com o objetivo de “vitimizar” a bancária e que é comum as pessoas utilizarem fatos falsos com objetivo de capitalizar politicamente.

Para a procuradora Paula Mello Chagas, porém, não há dúvida da ação de Renato. “A alegação defensiva de não ter restado comprovado que a publicação teria partido do perfil do querelado, é descabida, pois a imagem printada e juntada à inicial não deixa dúvidas de que se a publicação foi realizada pelo perfil do querelado Renato Henrique Scheidemantel. Absurda ainda a alegação do acusado de que tudo teve o objetivo de vitimizar a querelante (Lívia), sendo comum pessoas utilizarem fatos falsos com o objetivo de se capitalizar politicamente. Nada mais absurdo”, manifestou-se a procuradora.

E completou: “É evidente que a querelante não teria ‘inventado’ a calúnia sobre ela para se capitalizar com síndrome do pânico, tratamento psiquiátrico e psicológico e medicamentos, além do fato de o sindicato precisar reforçar a segurança, diante das efetivas e sérias ameaças sofridas”.

Lívia Terra celebrou o fim do caso, mas frisou que não gostaria que Renato fosse para a cadeia. “Não tenho esse olhar punitivista. A liberdade é algo muito sério e não gostaria de carregar esse peso. Do jeito que está, para mim, ficou de bom tamanho. Foi uma responsabilização na medida certa”, sustentou.

Renato Scheidemantel foi defendido pela Defensoria Pública do Rio, que foi procurada pelo **Correio**. A reportagem pediu uma manifestação da Defensoria e do acusado. A resposta foi que a Defensoria não iria se manifestar neste momento.

O jornal tentou contato direto com Renato, mas não obteve retorno. À *Folha de S.Paulo*, em maio de 2022, Renato respondeu que a acusação contra ele se tratava de “uma armação enorme, ativismo midiático. Criaram um factóide a meu respeito. Vou recorrer e processar todo mundo que tem a ver com isso”, afirmou à época, após sentença desfavorável a ele em primeira instância.



SÉRGIO ABRANCHES

SE HOVER VERIFICAÇÃO IMPARCIAL DOS VOTOS NA VENEZUELA E SE CONFIRMAR A MUITO PROVÁVEL VITÓRIA DE GONZÁLEZ, O PROBLEMA NÃO ACABA. SERÁ PRECISO GARANTIR QUE MADURO ACEITE A CONCLUSÃO DA VERIFICAÇÃO E HAJA UMA SAÍDA NEGOCIADA DA AUTOCRACIA PARA UM GOVERNO DE TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Eleição é indispensável, mas não garante a democracia

A transição da Venezuela da autocracia para um novo ciclo democrático é mais complexa do que simplesmente reconhecer a vitória da oposição, como fez o governo Biden. Também era insustentável a posição inicial do presidente Lula, na entrevista à TV Centro América, afiliada da TV Globo em Mato Grosso, ao dizer que nada de grave havia se passado na Venezuela. A eleição teria sido pacífica, a oposição poderia apelar para a Justiça ou para o Conselho Nacional Eleitoral e pedir verificação dos votos. Acertou ao pedir que Maduro divulgue as atas e que sua veracidade possa ser verificada.

Faz bem mais sentido a nova posição adotada pelo governo brasileiro, em combinação com os governos da Colômbia e do México. Pode ser o começo da solução.

Mas demandará uma série de procedimentos e não há garantia alguma de que serão aceitos por Maduro. Lula disse, na entrevista, que era preciso deixar a Venezuela cuidar do impasse. Ele sabe que não há paridade de armas, portanto, uma solução totalmente doméstica não resolve a questão central de que há indicações concretas de fraude nos resultados para dar vitória a Maduro.

Mas, a ideia de que as atas devem ser divulgadas, desagregadas por mesas de votação e de forma verificável é o começo do processo para desatar o nó cego de uma eleição que foi preparada, desde o início, para que Maduro tivesse controle absoluto sobre os resultados. O ponto problemático da posição dos três países é que a verificação dos votos seja “imparcial”. Não há condições

domésticas para assegurar a imparcialidade na recontagem dos votos. O Consejo Nacional Electoral é controlado pelo autocrata. A Justiça também. A imparcialidade vai requerer mediação de terceiros.

Um caminho seria uma comissão especialmente criada para este fim, com representação igualitária do governo e da chapa de oposição e participação de analistas independentes, em número suficiente, para arbitrar o desempate. Difícil será encontrar pessoas independentes em um país convulsionado como a Venezuela. Talvez técnicos do Brasil, Colômbia e México.

O pedido da Argentina, presidida por Milei, desafeto de Lula, para que o Brasil assumia a custódia de sua embaixada em Caracas e secundado pelo Peru, mostram

o reconhecimento de que o país é a potência regional capaz de mediar os conflitos e assegurar o respeito aos governos da região. Foi esse papel de potência regional que o Brasil deixou de cumprir ao aceitar que Maduro rompesse um a um os compromissos do Acordo de Barbados de promover eleições limpas, competitivas e monitoradas por observadores independentes.

A impugnação da candidatura de Maria Corina Machado, indiscutivelmente a principal líder da oposição e a política mais popular da Venezuela, já representou um desvio gravíssimo da rota traçada pelo Acordo. Em seguida, o CNE impediu Corina Yoris de registrar sua candidatura. Já estava evidente que Maduro não cumpriria o Acordo de Barbados. Esses atos deveriam ter sido objeto

de uma nota oficial de censura a Maduro, pelos países que intermediaram o acordo.

Em seguida, Maduro impediu que os observadores da União Europeia acompanhassem as eleições. O Centro Carter também não teve condições de monitorar as eleições e que elas não foram democráticas. Maduro não abriu a apuração para nenhuma supervisão independente e não liberou as atas em tempo real. Quanto mais tempo demorar para tornar as atas públicas, menor a credibilidade dos números apresentados e a probabilidade de serem manipulados.

Eleições não garantem que um regime seja democrático, mas são condição inarredável. É preciso que elas sejam transparentes, competitivas, e que ocorram em um contexto de plena vigência das liberdades individuais e do

Estado de direito. Condições inexistentes na Venezuela, onde o Judiciário e a comissão eleitoral estão sob controle estrito do governo. A situação de Maduro não é como a de Donald Trump ou Jair Bolsonaro. Esses, foram eleitos de forma limpa. Maduro não foi. Os dois não conseguiram assumir o controle do processo eleitoral para impedir a vitória da oposição, perderam e saíram, tentando um golpe final. Na Venezuela, as eleições são controladas pelo governo desde Hugo Chávez.

Se houver verificação imparcial dos votos e se confirmar a muito provável vitória de Edmundo González, o problema não acaba. Será preciso garantir que Maduro aceite a conclusão da verificação e haja uma saída negociada da autocracia para um governo de transição para a democracia.